



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades.

Sub-eixo: Ênfase em Sexualidade.

A POPULAÇÃO LGBT NAS RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE¹

Rita de Lourdes de Lima²

Resumo: Analisa o acesso da população LGBT às residências universitárias no âmbito da UFRN, analisando a questão da discriminação e o preconceito. Trabalhou-se com entrevistas guiadas e pesquisa bibliográfica. Até o momento, realizamos cinco entrevistas. As falas relatam situações de violência no ambiente familiar e na universidade. As dificuldades aumentam quando se trata de população LGBT mais empobrecida.

Palavras-chaves: LGBT, Residência Universitária, Preconceito, Discriminação.

Abstract: It analyzes the access of the LGBT population to university residences within UFRN, analyzing the issue of discrimination and prejudice. We worked with guided interviews and bibliographic research. So far, we have 5 interviews. The speeches report situations of violence in the family environment and in the university. Difficulties increase when it comes to the most impoverished LGBT population.

Keywords: LGBT, University Residence, Prejudice, Discrimination.

1 Introdução

Essa pesquisa parte da necessidade de ampliar o estudo sobre o processo de opressão da população LGBT no âmbito universitário, particularmente nas residências universitárias, inclusive a fim de pensar ações institucionais no âmbito da UFRN. Parte da perspectiva que analisa as opressões, a partir de uma perspectiva de totalidade³.

As residências universitárias fazem parte da Política de Assistência Estudantil do governo federal. Na UFRN, a Coordenadoria de Apoio Pedagógico e Ações de Permanência (CAPAP) – subordinada a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE) – atende aos alunos que necessitam de apoio institucional para a permanência e conclusão do ensino superior, sendo, portanto, a responsável pela operacionalização

¹ Essa pesquisa se desenvolve no âmbito do projeto Procad/CAPES 2013 “Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social”, e conta também com o apoio do CNPq, por meio de duas bolsas de Iniciação Científica. Foi aprovado no Comitê de Ética da UFRN por meio do parecer nº 1.599.699 de 17 de junho de 2016.

² Professor com Formação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio do Norte. E-mail: <rita.pires2@gmail.com>.

³ Esse trabalho, apesar de reconhecer que a desigualdade, o preconceito e a discriminação antecedem a sociedade capitalista, parte do pressuposto de que tal sociedade, por seu caráter intrinsecamente competitivo e egoísta, é o solo fértil para o pleno desenvolvimento das diversas opressões de gênero, raça/etnia, orientação sexual etc. Contraditoriamente, é também nessa complexa sociedade que se criam as condições objetivas para que os seres humanos construam e mudem sua história, por meio de suas lutas organizativas.

da Política Nacional de Assistência Estudantil na UFRN. A assistência estudantil no Brasil é uma política que tem como critério principal de inclusão a questão socioeconômica do candidato. No caso do Programa de Bolsa Residência na UFRN, a faixa de renda para inclusão é de até um salário mínimo⁴.

Contudo, a população LGBT precisa da residência independente das condições econômicas de sua família, pois, por vezes, estão em processo de violência física e/ou mental em suas casas e precisam deixá-las. Assim, essa pesquisa visou conhecer as dificuldades encontradas pela população LGBT para acessar e permanecer nas residências universitárias.

2 Algumas breves aproximações teórico-metodológicas ao objeto

É fato que a sociedade brasileira é heterossexista⁵, como apontam inúmeros estudos realizados. Assiste-se, cotidianamente, pelas redes sociais, mídias e vida cotidiana a episódios de preconceito e discriminação contra a população LGBT. “O local onde se realiza a mais importante parada gay do mundo, [...], é o mesmo que concentra o maior número de ataques homofóbicos da cidade” (RUFATTO, 2013, p. 2). O Brasil é o país que mais mata a população transexual no mundo. Em 2008, foram 486 mortes, número quatro vezes maior que o país que ocupa o segundo lugar no ranking (ALMEIDA, 2015).

A população LGBT quando não é assassinada por motivo de orientação sexual e/ou de gênero, sofre cotidianamente preconceito e discriminação. Rios (2009) afirma que por preconceito “designam-se as percepções mentais negativas em face de indivíduos e de grupos socialmente inferiorizados, bem como as representações sociais conectadas a tais percepções” (p.54). Etimologicamente, preconceito refere-se a um conceito formado antes (pré) de uma real análise da situação, ou seja, a ideias pré-concebidas a respeito de algo. Já a discriminação refere-se, “a materialização, plano concreto das relações sociais, de atitudes arbitrárias, comissivas ou omissivas, relacionadas ao preconceito, que produzem violação de direitos dos indivíduos e dos

⁴ O salário mínimo no Brasil, atualmente, é de R\$ 998,00 (ano 2019).

⁵ A utilização do termo heterossexismo ao invés de homofobia se deu por consideramos que a utilização do termo homofobia não permite, de forma adequada, o desvelamento das determinações sociais, uma vez que “fobia” remete a dimensão subjetiva do sujeito que tem “medo, horror, raiva” do gay – aqui o termo gay é usado no sentido amplo para designar a população LGBT. Ao adotarmos o termo heterossexismo fazemos menção a construção social que (de)forma seres humanos ao apresentar como parâmetro de normalidade a heterossexualidade.

grupos” (Ibidem, p. 54). Dito de outro modo, a discriminação é a objetivação/materialização do preconceito.

A bibliografia sobre surgimento em cena do sujeito político LGBT (SIMÕES & FACCHINI, 2009) geralmente remete como marco do movimento o dia 28 de junho de 1969, em Greenwich Village, Nova York. Essa data é um marco político conhecido como a Revolta de Stonewall, pois gays, lésbicas, travestis, drag queens e transexuais de Nova York se revoltaram contra repressão e perseguição que sofriam, enfrentando policiais coletivamente pela primeira vez. Essa manifestação e enfrentamento da discriminação deu origem, posteriormente, ao movimento LGBT. No Brasil, o movimento homossexual inicia seu processo de organização nos anos 1970, e ganha maior visibilidade a partir dos anos 1990 com a organização de diversos grupos e movimentos LGTBs. Entre as reivindicações e lutas dos movimentos LGTBs está o acesso à educação pública e gratuita sem discriminação e preconceito por questão de orientação sexual e identidade de gênero.

A Constituição Federal brasileira de 1988 traz, em seu Art. 205, a educação como direito de todos e dever do Estado e da família. No entanto, o que se vivencia no Brasil a partir dos anos 1990 é a redução do Estado na execução das políticas públicas e a divisão da responsabilidade com o setor privado, denominada eufemisticamente de “complementariedade”. As políticas sociais em geral, e entre elas a educação pública, vem deixando de ser prioridade do governo sob a perspectiva neoliberal⁶, que se torna hegemônica no Brasil a partir dos anos 1990. A partir desse período, inicia-se um processo intenso de mercantilização da vida (saúde, educação, previdência etc.), com os recursos públicos passando a ser investidos nas instituições privadas.

No caso do sistema universitário público este processo começou já no governo Collor de Melo (1990-1992), agravando-se no governo Cardoso (1995-1998/1999-2002), tendo continuidade no governo “Lula” da Silva (2003-2006/2007-2010), chegando ao governo Rousseff (2011-2014/2015-)(LIMA, 2007; 2008). Tal processo se intensifica assustadoramente no governo de Jair Messias Bolsonaro (2019 -...).

O governo de Jair Bolsonaro encerra o ciclo dos governos petistas e inaugura um período de recrudescimento do conservadorismo religioso-moral, associado a um discurso de desprezo e ódio aos comunistas – considerados responsáveis pela crise econômica e política no Brasil – e a população LGBT. No que diz respeito ao ensino superior, atualmente com cerca de cinco meses, o governo apresenta um projeto explícito de destruição da universidade pública com vistas a tornar o ensino privado a principal forma de acesso à educação em geral e mais explicitamente ao ensino

⁶ Acerca da proposta neoliberal, conferir, entre outros: Sader & Gentili (1995).

superior⁷. A proposta, até o momento só apresentada nas redes sociais, propõe que as instituições de ensino superior se tornem pagas. Aos que não têm condições de pagar e conseguirem chegar ao ensino superior, o governo fala na adoção de um *voucher* governamental, uma espécie de crédito ou financiamento dado a tais pessoas, por meio do qual se acessa a instituição privada. Após a conclusão do curso, o egresso pagaria ao governo a “ajuda” recebida para cursar a graduação⁸.

Os/as discentes que provêm de classe trabalhadora empobrecida precisam, após a alegria de terem sido aprovados/as em uma vaga para uma universidade pública, encontrar formas de permanecer na instituição, o que implica custos financeiros que, por vezes, não têm como arcar. Mais de 84% dos estudantes das IFES dependem do ensino público e gratuito para continuar os estudos. Bem como, 40% dos alunos que ingressam na universidade abandonam o curso antes de concluírem por falta de condições financeiras para a sua manutenção (SALDANHA, 2015). Tal situação se torna mais complexa, com a postura de membros do governo Bolsonaro que consideram desnecessário o acesso da população empobrecida à universidade, em um nítido projeto de classe burguesa de direita.

Desse modo, uma das frequentes saídas encontradas pela população mais pobre ao chegar à universidade - além da solidariedade de amigos/as e parentes - é a assistência estudantil. Contudo, em função da constante política de cortes dos gastos com políticas públicas, mesmo considerando o crescimento dos recursos destinados ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)⁹, tal valor não tem sido suficiente para suprir as necessidades dos alunos, e nem tem acompanhado a expansão de vagas. (SALDANHA, 2015).

⁷ No período da elaboração desse artigo, o ministro da educação que tomou posse no início do governo Bolsonaro, Ricardo Vélez Rodríguez, foi demitido (08/04/2019), após um período no qual o Ministério da Educação (MEC) ficou sem apresentar nenhuma proposta significativa, envolvendo-se em inúmeras polêmicas e crises internas. Em seu lugar foi nomeado o Abraham Weintraub, nome associado ao mercado financeiro. Em 02 de maio de 2019, o governo anuncia um corte de 30% dos recursos para universidades e institutos federais. Na UFRN, o corte será de cerca de R\$ 59 milhões, de acordo com o pró-reitor adjunto de Planejamento. O valor contingenciado atinge principalmente as áreas de custeio e investimento da instituição. Ressalte-se que a assistência estudantil não sofreu cortes. (JÁCOME, 2019).

⁸ Ao mesmo tempo, circula e ganha adeptos entre simpatizantes do governo, a proposta de Escola sem partido e Ensino domiciliar.

⁹ O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi instituído por meio do decreto nº 7234 de 19 de julho de 2010. Acerca dos recursos com o PNAES, registram-se valores ascendentes até 2015. Em 2009, foram autorizados R\$ cerca 200 milhões, chegando a R\$ 1 bilhão, em 2016. A partir de 2016, os valores se tornam descendentes (Cf. MACHADO, 2017).

No Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRN (2010-2019), mais especificamente na parte que trata da responsabilidade social da instituição, é destacada a adesão da universidade ao PNAES, a partir do discurso da contribuição à inclusão social, ao desenvolvimento social, cultural e econômico. A universidade vem adotando a política de assistência estudantil e criando programas e mecanismos, visando facilitar o acesso, a permanência e a conclusão pelos alunos oriundos das classes sociais com maior grau de vulnerabilidade social e econômica. Tal justificativa reafirma uma política educacional, que não se configura como direito universal, mas que se espraia propiciando o acesso de forma desigual.

A perspectiva aqui defendida busca entender a Política de assistência estudantil como direito e romper com a ideologia do assistencialismo, do favor e da ajuda, sem perder de vista que os objetivos que norteiam a assistência estudantil de garantir a permanência, a conclusão do ensino superior, viabilizar a inclusão e reduzir a evasão escolar, significam, ao mesmo tempo e contraditoriamente, respostas às necessidades da população, mas também atendem a exigências de organismos internacionais que representam o capital. É nesta perspectiva que se implementa a política de assistência estudantil na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) através da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE). O Serviço Social prestado ao estudante foi instituído através da resolução 055/78 – CONSUNI, de 23 de junho de 1978, objetivando detectar as necessidades dos alunos e dar respostas a essa demanda (LOPES, 2011). As residências universitárias na UFRN foram criadas pela Resolução no 67/70 do Conselho Universitário (CONSUNI), de 17 de dezembro de 1970, atualmente regulamentadas pela Resolução nº 249/2018-CONSEPE¹⁰ (Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão) com o objetivo de assegurar moradia aos estudantes que se encaixam nos critério socioeconômicos, estabelecidos pela Resolução nº 026/2009 CONSAD (Conselho de Administração) e advindos do interior do Rio Grande do Norte ou de outros estados que necessitam de apoio para permanecer e concluir sua formação no ensino superior. Nesse sentido, as residências universitárias fazem parte da Política de Assistência Estudantil do Governo Federal. Na UFRN, a Coordenadoria de Apoio Pedagógico e Ações de Permanência (CAPAP) – subordinada a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE) - é o órgão responsável pela política de assistência

¹⁰ No período de elaboração desse texto, o governo federal não estabeleceu nenhum corte orçamentário na PNAES nem tampouco modificou a legislação nacional. No âmbito da UFRN, a resolução nº 249/2018-CONSEPE substituiu a resolução 169/2008-Consepe. A análise de ambas identificou como principais alterações, a inclusão de novas modalidades, algumas já reguladas por resoluções específicas: o auxílio instrumental (instrumentos e materiais), o auxílio emergencial, modificações no auxílio financeiro a estudantes (para participação em eventos – resolução 031/2019 - Consepe) e a bolsa acessibilidade (para alunos com alguma deficiência além do critério socioeconômico – resolução 163/2014 - Consepe).

estudantil e atende aos alunos que necessitam de apoio institucional para a permanência e conclusão do ensino superior.

As bolsas residências universitárias contam com um regulamento interno instituído pela Resolução 046/2013-CONSAD, de 28 de novembro de 2013, que estabelece as regras e normas sobre o funcionamento das moradias, a fim de disciplinar o seu uso e a convivência entre os moradores. As residências destinam-se, como já assinalamos, a alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, oriundos do interior do Estado do Rio Grande do Norte e outros estados e que estejam cursando a primeira graduação. O acesso à bolsa residência universitária é cumulativo, ou seja, o aluno usuário dessa bolsa residência tem acesso ao Restaurante Universitário (bolsa alimentação), bem como pode pleitear outras modalidades de bolsa. Caso não haja disponibilidade de vagas nas residências universitárias e, dependendo da disponibilidade orçamentária da instituição, excepcionalmente, o aluno pode receber o auxílio moradia, quantia em espécie equivalente ao valor de R\$ 250,00.

É importante observar, que mesmo restritivos e focalizados, programas como a bolsa residência são fundamentais para que os discentes de classes populares possam permanecer e concluir o ensino superior. Entendemos que a necessidade da política de assistência estudantil se insere em um quadro de desigualdade social crescente, ocasionada pela contradição capital-trabalho acirrada pela crise estrutural do capital, a partir de finais dos anos 1970. Ao mesmo tempo, a ampliação dessa política responde aos interesses legítimos da classe trabalhadora por acesso à educação superior pública e de qualidade.

No entanto, percebemos que o PNAES na UFRN, na conjuntura atual, não tem dado conta de abarcar as diversidades de situações que chegam à instituição. As resoluções tratam somente de condições econômicas, esquecendo-se que não é somente por tal motivo que os discentes necessitam de moradia. Em nenhuma das resoluções institucionais, nem mesmo na política mais ampla, se trata de situações de violações físicas, sexuais, psicológicas, morais e emocionais sofridas pelos usuários LGBTs, bem como casos de preconceito e discriminação passados no seio familiar. Ou seja, muitos necessitam da assistência estudantil, mesmo quando não são economicamente “carentes”. Nesses casos, a legislação universitária deixa tais alunos excluídos.

Atualmente a UFRN dispõe de 07 Residências de Graduação em Natal, 02 no CERES (Campi de Currais Novos e Caicó), 01 na FACISA (Campi Santa Cruz), o que totalizam 10 Residências de Graduação e mais 02 Residências de Pós-Graduação localizadas em Natal. Esse bloco de 12 residências universitárias atende a um universo

775 vagas, além da manutenção de um imóvel alugado para abarcar a necessidade de maior atendimento de moradia para os alunos de pós-graduação.

A aproximação para conhecermos a realidade da população LGBT que acessa às residências universitárias exige inúmeros cuidados, pois como se trata de um assunto cercado de muito preconceito, é ainda difícil o processo de aproximação com eles. Na UFRN ainda não existe um levantamento sobre o número de residentes LGBT's, até porque muitos deles ainda não assumiram sua orientação sexual publicamente. Do mesmo modo, durante o ano passado tentamos realizar as entrevistas, mas só conseguimos realizar cinco (três homens e duas mulheres). Serão essas falas que analisaremos a seguir.

3 O que as falas nos revelam?

Os/as entrevistados/as revelam, inicialmente, em suas falas as dificuldades encontradas com a família advindas do preconceito em função de sua orientação sexual. Nesse sentido, a exceção de dois entrevistados, um cuja família desconhece sua orientação sexual e outra que os pais aceitam sua orientação sexual, os demais relataram dificuldades no convívio familiar e na convivência social em geral:

Bom eu sou daqui de Natal mesmo, só que eu tive uns conflitos familiares, especialmente com o meu pai. Por ele ser uma pessoa assim conservadora, vim de uma educação muito rígida, de uma criação, enfim diferenciada, eu sofri muita homofobia na casa dele por parte do meu pai, sofri muita opressão. (Participante 1, Entrevista. 5 de Março, 2017)

Com a família foi o mais difícil. Porque pra mim assim, quando eu me assumi, eu me assumi porque eu tinha me aceitado, que meio que o mais difícil foi eu ter me aceitado. (...) Minha mãe é bem religiosa, ela sofreu muito, hoje é bem melhor.... desde que não toque no assunto (Participante 2, Entrevista, 11 agosto, 2017)

Quando eu me assumi pra minha família não foi fácil e até hoje não é, não é um ponto de aceitação na minha casa. [...] porque eu moro aqui porque eu não tenho como voltar pra casa, porque a minha própria família não me dá mais acesso à minha residência [...] mas realmente a minha família que é... a pessoa que eu tinha mais relação e que eu realmente acreditava que fosse confiar e que fosse contar com ela é a minha mãe e a gente não tem relação. (Participante 4, Entrevista, 10 de abril, 2018).

Desse modo, a população LGBT já vem de um processo de discriminação e preconceito social que se reflete na família e que adentra o ambiente universitário. Essa realidade é intensificada pelas questões socioeconômicas que permeiam a vida dos usuários da política de assistência estudantil. Além dos preconceitos e discriminação cotidianos, os discentes relataram as dificuldades de se manterem no ensino superior independente de morarem em Natal ou no interior.

Sou oriundo de escola pública e você sabe a dificuldade do aluno de escola pública para ingressar na universidade. (...) Não só tive como tenho até hoje e terei até o final da graduação. Porque infelizmente não há muitos recursos. Assim que eu entrei a primeira dificuldade encontrada foi a questão do

transporte, porque eu não tinha condição de custear, porque eu venho de comunidade, eu sou da comunidade da África que eu digo que um gay na favela, eu vim de baixa renda...Passei necessidade, como eu vim de família carente qualquer real faz falta, porque tipo assim, se um pai de família tirar um real para comprar um pão para dá pra o transporte vai fazer falta, a gente ficar assim sem o pão. (Participante 1, Entrevista. 5 de Março, 2017).

Eu sofri muita homofobia por parte do meu pai, sofri muita opressão e quando eu fiquei sabendo da assistência estudantil referente a questão da moradia eu vim buscar o apoio na universidade, só que infelizmente a universidade não abraça a comunidade LGBT. Houve casos de pessoas que tiveram de voltar para suas casas porque realmente é demorado para sair o processo devido a quantidade de alunos que é muito grande e a quantidade reduzida de assistente sociais para fazer a análise desses pedidos e também a questão do sistema, o sistema também é muito precário para se fazer esse pedido. (Participante 3, Entrevista. 5 de Abril, 2017)

Pra minha família, isso começou, isso chegou na verdade quando eu comecei a me relacionar de forma séria com uma outra menina. E aí nesse caso eu precisei falar pra minha família e até porque eu não devia nada pra ela nesse sentido e realmente não foi fácil. Minha mãe, ela não tem nenhum tipo de relação comigo desde então. (Participante 4, Entrevista. 10 de Abril, 2018).

O acesso à residência universitária é ressaltado como importante, pois possibilita o acesso a outros serviços assistenciais, além de possibilitar também a economia com o transporte e uma maior segurança:

Eu tenho a residência e eu tenho bolsa que dá pra eu me manter, com o básico. Aqui eu não gasto com ônibus, porque dá pra vir a pé pra aula. Ficar aqui hoje facilita as atividades da minha vida acadêmica. Por exemplo, eu vim aqui às 10 da manhã, acordei vim aqui encontrar você a pé, se eu quisesse vim a pé eu vinha a pé, entende? A tarde pra minha bolsa eu vou a pé, depois da minha aula, eu me locomovo muito a pé aqui na universidade e é muito fácil. [...] Eu tenho medo da violência. Eu só saio de short assim num visual “closeiro” se estiver num ambiente que eu sei que eu vou estar seguro, senão eu já fico tipo “ah, vou me vestir comportadinho, não dar motivo pra ninguém na rua querer me bater”. (Participante 2, Entrevista, 11 de agosto, 2017).

O auxílio moradia ela dá direito automático a alimentação, o auxílio alimentação. Atualmente eu estou no auxílio moradia, mas eu era residente na residência universitária do campus central. E o residente da residência universitária que ocupa vaga na residência ele tem direito a alimentação. Eu recebo o auxílio moradia que dá direito ao almoço e a janta de segunda à sexta feira, nos finais de semana o que a gente precisar, a gente tem que ir lá no Serviço Social pra poder ser liberado, não é um direito automático que é dado as pessoas detentoras do auxílio moradia como reza a resolução. (Participante 1, Entrevista . 5 de Março, 2017).

Infelizmente, ao mesmo tempo em que alguns relatam sentir maior segurança no ambiente universitário, outros relatam também que encontraram um forte heterossexismo entre os residentes:

Porque a gente já vem sofrendo bastante opressão ao longo dos séculos, ao longo da vida, sofrer essa pressão familiar e na residência universitária eu passei pela mesma opressão. (Participante 1, Entrevista, 5 de Março, 2017).

Como LGBT o que acontece comigo e com os outros é silenciamento, as pessoas tiram muita onda, (...) brincadeiras, essas brincadeiras, até mesmo assim quando a gente tá todo mundo junto que aparentemente não teria esse tipo de problema, sempre tem alguém que faz uma brincadeirinha, tirando uma onda, e é uma brincadeira, mas com o fundo preconceituoso. (Participante 2, Entrevista, 11 de agosto, 2017).

É emblemático o caso de um entrevistado que foi obrigado a sair da residência por sofrer discriminação e a “optar” pelo auxílio moradia. Com a saída da residência universitária, os discentes são obrigados a residirem em moradias precárias na grande Natal, alugadas com o auxílio moradia no valor ínfimo R\$ de 250,00 (duzentos e cinquenta reais), que não é suficiente para custear o aluguel e os gastos com uma residência na grande Natal.

Eu sofri homofobia na residência universitária e precisei migrar para o auxílio moradia com os que sofreram esse tipo de opressão também e nós acabamos perdendo algumas regalias (SIC!) que os residentes têm, que no caso é um kit chamado ‘quarta refeição’ e o café da manhã, fora a segurança que nos traz na residência universitária, também a questão da moradia que não ter que arcar com água, internet e luz. Tudo isso a gente está precisando passar, por isso, por uma omissão, por uma negligência da universidade, tem que está tirando da nossa renda, pra complementar a refeição. O café da manhã eu tiro do meu bolso porque a universidade não me dá esse direito (Participante 1, Entrevista, 5 de Março, 2017).

Algumas falas indicam que há um preconceito maior contra homens gays afeminados – do mesmo modo contra mulheres lésbicas masculinizadas. Ou seja, é como se a sociedade heterossexista permitisse a “livre orientação sexual” desde que os LGBT’s não dessem “bandeira”:

Mas é também porque o preconceito não acontece só por você ser gay. É por você ser afeminado, é por você se vestir diferente alguma vez. (Participante 2, Entrevista, 11 de agosto, 2017)

Aqueles gays tidos como ‘afeminados’ a sociedade bota eles, enfim o histórico que eles têm para trabalhar são de maquiadores, de cabeleireiros, não têm um lugar na sociedade, é muito difícil se conseguir colocação como LGBT. Realmente gays como eu, a gente, no caso sou gay cis nascido do gênero masculino, porque me identifico com a minha genitália, me identifico com meu gênero, é bem menos difícil conseguir uma colocação no mercado. Mas sempre há discriminação e opressão, sempre há e sempre vai haver (Participante 1, Entrevista, 5 de Março, 5, 2017).

Inclusive eu sou uma expressão disso porque eu saí da universidade e eu trabalho num espaço em que é dito como um espaço exclusivo pra quem é LGBT porque o rosto não pode ser visto pela população, não é interessante. Então o Call Center é um espaço como esse. O âmbito de trabalho, nós somos precarizados. Isso é uma forma de opressão e de violência (Participante 4, Entrevista, 10 de Abril, 2018).

Com base nesses relatos, é importante ressaltar que a instituição escolar enquanto lugar de produção e reprodução de conhecimento mantém-se na maioria dos casos, em relação ao gênero e a sexualidade, como espaço de censura, desconhecimento, objeto de enquadramento, medo, violência e vergonha. Apesar disso, permanece o desafio às instituições de ensino, de tornarem-se espaços que possibilitam a transformação em favor da pluralidade, através de novos padrões de aprendizagem, convivência, produção e transmissão de conhecimento (JUNQUEIRA, 2009).

Não podemos esquecer que a universidade e também as residências universitárias, repetindo o movimento da sociedade, são locais heterogêneos

intensificados pelas especificidades da vida e história de cada usuário, espaços de correlação de forças e de disputas entre projetos, nesse sentido, é muito importante que os profissionais do Serviço Social não recuem do seu papel diante das classes mais subalternizadas, qualificando-se para que as demandas trazidas por esses usuários não fiquem sem respostas, ou respondidas por outros profissionais que desconhecem o papel do Serviço Social nessas instituições.

A discussão acerca do preconceito e discriminação no Serviço Social brasileiro remonta a construção do código de ética de 1993. Contudo, tal construção, a nosso ver, dá seus primeiros passos a partir do ano de 1979, mais especificamente, a partir do Congresso da virada¹¹.

No nosso entendimento, o rompimento do Serviço Social brasileiro com o conservadorismo tem como marco principal tal Congresso. A partir daí vai se consolidando na profissão uma aproximação cada vez maior com vertentes libertárias e emancipatórias, com destaque para a perspectiva marxista no sentido da plena emancipação humana (LIMA, 2011).

Essa opção teórica-metodológica e ético-política hoje hegemônica no Serviço Social tem no Projeto Ético-Político (PEP) da Profissão – expresso no Código de Ética profissional (Resolução CFESS, 273/1993), na Lei de regulamentação da profissão (Lei 8662/1993) e nas Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Serviço Social (ABEPSS, 1996) – sua maior expressão e afirma o reconhecimento da liberdade como princípio fundamental da vida humana e todas as expressões ligadas a ela – liberdade de orientação sexual, de identidade de gênero, racial/étnica etc.

Desse modo, é dever dos assistentes sociais denunciarem qualquer prática desrespeitosa em seu ambiente de trabalho, buscando contribuir na eliminação do preconceito. A defesa do Projeto Ético-Político(PEP) traz para nós, assistentes sociais brasileiros, a necessidade de refletir e buscar estratégias para fazer frente a reação conservadora que tem tomado forma na sociedade brasileira¹².

4 Considerações finais

A pesquisa, ainda em desenvolvimento, vem apontando as dificuldades enfrentadas pela população trabalhadora empobrecida, de acessar a universidade pública e gratuita no Brasil frente ao processo de cortes de recursos para as políticas sociais a partir dos anos 1990 e mais notadamente a partir de 2016, com o golpe

¹¹ Aqui estamos nos referindo ao III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), sobre o qual já existem referências e discussões suficientes. A esse respeito ver, entre outros: Conselho Federal de Serviço Social (2009).

¹² Acerca da reação conservadora na sociedade brasileira ver a excelente tese de Souza (2016).

parlamentar que deu posse ao presidente Michel Temer. Tal processo, já gravíssimo, aponta um recrudescimento no governo de Jair Bolsonaro¹³. Tais dificuldades se exacerbam quando, além da dimensão da pobreza, se somam questões de orientação sexual ou de identidade de gênero que tem enfrentado uma conjuntura crescentemente conservadora com perspectivas de inúmeros retrocessos.

Destarte, é preciso conhecer mais profundamente nossos discentes, a fim de encontrar melhores caminhos e formas de pressionar o poder público para assegurar a permanência das discentes com condições adequadas de ensino, pesquisa e extensão. Desse modo, é preciso continuar o processo de resistência, defendendo a educação como uma política pública que deve ser de qualidade, laica, fugindo a lógica da mercantilização das relações humanas em geral.

Ao mesmo tempo, é preciso encontrar caminhos para a ação do Serviço Social no âmbito da educação, na perspectiva de defesa de projeto de uma sociedade humana emancipada e liberta, e isso passa pela defesa de um Serviço Social que estude, reflita e analise a situação de vida dos grupos socialmente discriminados – e entre eles, encontra-se a população LGBT - encontrando saídas junto com eles/elas, para democratizar e ampliar o acesso aos serviços sociais.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social*. 1996. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf>. Acesso em: 04 set 2018.

ALMEIDA, Guilherme. Comunicação oral. *Seminário Nacional Serviço Social e identidade trans*. Brasília: DF. 11 e 12 de junho de 2015.

CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL. LEI 8662/1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf>. Acesso em: 09 ago 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org). *30 anos do Congresso da Virada*. Conselho Regional de Serviço Social São Paulo (CRESS - 9ª região), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) (Co-orgs.). Brasília, D.F. 2009.

JÁCOME, I. *UFRN, IFRN e Ufersa têm cortes de R\$ 101 milhões no orçamento*. Disponível em: <<https://g1-globo-com.cdn.ampproject.org/v/s/g1.globo.com/google/amp/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2019/05/03/ufrn-ifrn-e-ufersa-tem-cortes-de-r-101-milhoes-no->

¹³ A EC 95 foi aprovada em 15 de dezembro de 2016, congelando as despesas do Governo Federal, com cifras corrigidas pela inflação, por até 20 anos. Em 2019, já no Governo de Bolsonaro, foi publicada, em seu primeiro dia de governo, a Medida Provisória encerrando as atividades do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). Ainda nos primeiros dias de Governo, foi extinto os ministérios do Trabalho, da Cultura, das Cidades, Esportes e Integração Racial.

orcamento.ghtml?amp_js_v=0.1#referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com&_tf=Fonte%3A%20%251%24s&share=https%3A%2F%2Fg1.globo.com%2Frn%2Frio-grande-do-norte%2Fnoticia%2F2019%2F05%2F03%2Fufrn-ifrn-e-ufersa-tem-cortes-de-r-101-milhoes-no-orcamento.ghtml>. Acesso em: 03 mai 2019.

LIMA, Katia. *Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula*. São Paulo: Xamã. 2007.

_____. *Contrarreforma da Educação Superior e Formação profissional em Serviço Social*. *Temporalis*, 15, Brasília: ABEPSS, 2008.

LIMA, Rita de L. de. Diversidade, identidade de gênero e religião: algumas reflexões. *Em Pauta*, 28 – Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Rio de Janeiro. 2011.

LOPES, C. M. de M. *Possibilidades e limites da Política de Assistência Estudantil da UFRN na formação social e acadêmica de estudantes de classes populares Natal/RN*. Monografia. UFRN: Natal-RN. 2011.

MACHADO, F. M. Financiamento da Assistência Estudantil nas Universidades Federais. *Temporalis*. V. 17. Nº 33, Brasília, DF. Jan. Jun. 2017.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA UFRN (2010-2019). Disponível em: <<http://www.ufrn.br/resources/documentos/pdi/PDI-2010-2019-final.pdf>>. Acesso em: 10 outubro 2018.

RESOLUÇÕES Nº 026/2009; 045/2012; 046/2013 - CONSAD (Conselho de Administração). UFRN.

RESOLUÇÕES Nº 169/2008; 163/2014; 249/2018; 031/2019 - CONSEPE (Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão). UFRN.

RESOLUÇÃO Nº 67/1970- CONSUNI (Conselho Universitário). UFRN.

RIOS, R. R. Homofobia na Perspectiva dos Direitos Humanos e no Contexto dos Estudos sobre Preconceito e Discriminação In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *Diversidade sexual na educação: problematização sobre homofobia nas escolas*. MEC/UNESCO, 2009. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000187191>>. Acesso em: 10 out 2018.

RUFATTO, Luis. *Discurso de abertura na feira do livro de Frankfurt*. 2013. Disponível em: <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,leia-a-integra-do-discurso-de-luiz-ruffato-na-abertura-da-feira-do-livro-de-frankfurt,1083463>>. Acesso em: 10 outubro 2018. .

SADER, E. & GENTILI, P.(Org.). *Pós-Neoliberalismo*. As Políticas Sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1995.

SALDANHA, A. O. *As condições de vida dos discentes LGBTs no contexto das residências universitárias da Universidade Federal do Rio Grande do Norte*. (UFRN). Natal, RN. 2015. Disponível em: <<http://monografias.ufrn.br/jspui/handle/123456789/4539>>. Acesso em: 12 novembro 2018.

SIMÕES, J. de A. & FACCHINI, R. *Na trilha do arco-iris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Perseu Abramo. 2009.

SOUZA, Jamerson. M. A. de. *Tendências ideológicas do conservadorismo*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, PE. 2016.